



Para alguns participantes do debate, o Brasil tem dado prioridade ao alto rendimento, em detrimento do esporte de iniciação (Foto: Billy Boss / Câmara dos Deputados)

Em debate sobre o Plano Nacional do Desporto, entidades querem investimentos no esporte direcionados ao ensino básico

O poder público deve direcionar os investimentos em esporte em nível de base, interligados com ações transversais de saúde e educação no ensino básico. Essa foi a principal demanda apresentada por diversas entidades e atletas durante a 3ª etapa da mesa redonda que discutiu o Plano Nacional do Desporto, no dia 8 de dezembro, na Câmara dos Deputados.

Eles comemoraram a manutenção da obrigatoriedade da disciplina educação física na medida provisória que reformula o ensino médio (MP 746/16).

O presidente da Comissão Nacional de Atletas do Ministério do Esporte, Lars Graell, ressaltou que educação e esporte são indissociáveis. "A relação do esporte com a educação é obrigatória. Não dá para separar o esporte educacional do esporte de alto rendimento. A relação é forte também entre o esporte e a cultura, o esporte e o turismo, pois cada vez que promovemos um evento esportivo, há um impacto direto [nesses setores]", disse Graell.

A gerente geral de Planejamento e Relacionamento com as Confederações do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Adriana Behar, também destacou ser essencial investir no esporte de iniciação.

Para os representantes do setor, o País tem investido no esporte de alto

rendimento, enquanto deveria aportar recursos para o desenvolvimento de atletas desde o ensino fundamental. Segundo as entidades, a ação aumentaria os índices de atletas de alto rendimento e a captação de verba em empresas. Atualmente, o Brasil investe mais de 80% dos recursos em esporte no setor de alto rendimento, informaram.

O plano está em debate desde 2015, sendo composto de seis diretrizes com metas e ações. A discussão foi proposta pelo deputado Evandro Roman (PSD/PR), relator do plano na subcomissão especial formada para esse fim na Comissão do Esporte da Câmara.

O presidente da CESPO, deputado César Halum (PRB/TO) ressaltou a importância do debate diversificado que tem sido promovido pela Comissão com as diversas representatividades do setor. "Esse trabalho não pode ser construído só com duas mãos, precisamos de várias mãos para isso. É muito importante agregar todas essas entidades aqui representadas, e dar essa contribuição para que a gente faça um Plano que realmente atenda às necessidades do esporte brasileiro", disse Halum.

Prioridades

Pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Des-

porto do Tribunal de Contas da União (TCU), Ismar Barbosa Cruz destacou ser importante a abordagem do setor ligado a educação e saúde. "O Brasil é um dos países mais ineficientes no investimento em esporte", criticou.

"Qual é a prioridade?", questionou o presidente do Conselho Federal de Educação Física (Sistema Confef/Crefs), Jorge Steinhilber. Ele disse ser ineficaz ter recursos sem planejamento. "Se nós ficarmos querendo abraçar todas as manifestações, não vamos chegar a lugar nenhum".

Texto: Agência Câmara Notícias

Edição: ASCOM/CESPO

Dep. Flávia Moraes
participa do Ping-pong
pág. 2

CESPO avalia resultados
do Brasil nos Jogos Rio
2016 pág.3

Lutadores de MMA
defendem ensino de
artes marciais nas
escolas pág.4

Polêmica sobre
vaquejada domina
debate na Câmara pág.5

Artigo dep. César Halum
pág.6

ESCALAÇÃO



comissaoesportecd



@esportecamera



Conselho Nacional de Educação Física
Associação Brasileira de Educação Física

Plano Nacional do Desporto é debatido nos estados do Pará e Paraná

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, no âmbito da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, promoveu dois seminários estaduais que debateram a construção do texto-base do PND, um no dia 25 de novembro, em Cascavel (PR), e outro no dia 16 de dezembro, em Belém (PA).

O relator do plano, deputado Evandro Roman (PSD/PR), lembrou que a subcomissão foi criada em 2015 para apresentar uma proposta de longo prazo para o desenvolvimento do esporte brasileiro e, após diversos debates, vai elaborar a sugestão do plano. "Para que a proposta possa seguir adiante, propomos a realização de seminários com o objetivo de ouvir os principais representantes do segmento do esporte nos estados, com a meta de aperfeiçoar o texto", disse Roman.

Cascavel

Durante o evento em Cascavel, foram apresentadas pelos esportistas regionais diversas sugestões, entre

elas está a valorização ainda maior do paradesporto, bem como a criação de uma política específica de apoio médico a atletas de alto rendimento. Questões como o andamento de programas como o Bolsa Atleta e o Segundo Tempo também foram abordadas.

O deputado Roberto Góes (PDT/AP) participou do evento e defendeu as peculiaridades regionais: "As conferências regionais têm obtido resultados extraordinários. É a amostra maior da diversidade do País e de suas diferenças e semelhanças. Os líderes de Cascavel e região se mostraram acima da média e podem contribuir para o real aprimoramento do texto base que está sendo preparado", disse Góes.



O relator do plano, deputado Evandro Roman, preside debate na Câmara Municipal de Cascavel

Belém

Em Belém, o debate foi presidido pelo deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA). O evento contou com a participação do gerente de projetos do Ministério do Esporte, Diego Ferreira Toniett, representantes de federações e outros convidados.

Para o deputado Jordy, o Plano Nacional do Desporto não tratará só do incentivo e dos resultados de atletas de alto desempenho, mas também de como o esporte poderá auxiliar na educação e na melhoria da vida das pessoas, que terão ganhos na saúde com a prática esportiva.



Arnaldo Jordy preside debate na Assembleia Legislativa do Estado do Pará

Dep. Flávia Moraes (PDT/GO)

► Foi aprovado requerimento de sua autoria, que promoverá seminário sobre a discussão do Plano Nacional do Desporto no estado de Goiás. Qual a importância de levar esse debate para o seu estado?

O Plano Nacional do Desporto vai nortear as políticas públicas em todo país. É muito importante que nos estados e municípios possamos ouvir e discutir a construção desse plano, para que nós possamos de fato, ter políticas públicas que venham a atender todas as demandas. Os atores das políticas públicas do esporte do estado de Goiás sempre têm se envolvido muito com o tema e, com certeza, deslocando essa audiência pública para o estado, nós vamos ter uma participação mais efetiva e um resultado muito importante que vai nos ajudar na construção desse plano que será um marco na história do esporte do nosso país.

► Como a senhora define o atual cenário esportivo do país?

Hoje no Brasil nós temos o futebol que é reconhecido mundialmente e já faz parte da cultura do brasileiro. Com isso, tem uma estrutura melhor, já consolidada. Nós tivemos a oportunidade de realizar aqui nos últimos anos, grandes eventos mundiais, como a Copa, Olimpíadas e Paralimpíadas. Mas, nós temos aí um grande desafio que é de criar para o povo brasileiro a cultura da prática do esporte. Para isso, teremos que conseguir maiores investimentos, principalmente, no esporte educacional e de participação. Acreditamos muito que o alto rendimento é consequência natural de um esporte de base bem trabalhado. Então hoje, temos a esperança que o Plano Nacional vai conseguir ampliar a oportunidade de acesso a todos ao esporte e também vai ajudar muito na diversificação das modalidades.

► Qual o balanço a senhora faz da atuação da Comissão do Esporte, em 2016?

A Comissão do Esporte em 2016 teve um trabalho muito relevante. Ela conseguiu através da Subcomissão do Plano Nacional do Desporto avançar muito na elaboração da proposta. Trabalhando em conjunto com o Ministério do Esporte, realizou várias audiências públicas e, também, através de algumas missões oficiais, conseguiu conhecer de perto a realidade de outros países. Uma troca de experiência muito importante que vem nos ajudar e fortalecer na construção do Plano Nacional e do Sistema Nacional. A CESPO tem trabalhado com a participação efetiva dos seus membros, consultoria, secretário-executivo, enfim, de todos os envolvidos e com certeza tem sido uma referência no trabalho pelo esporte do Brasil.

MEMBROS da Comissão de Esporte - CESPO

Presidente: César Halum (PRB/TO) 1º Vice-Presidente: Roberto Alves (PRB/SP) 2º Vice-Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE) 3º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) Membros: Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB Afonso Hamm (PP/RS) César Halum (PRB/TO) Deley (PTB/RJ) Edinho Bez (PMDB/SC) Fabio Reis (PMDB/SE) Fernando Monteiro (PP/PE) Hélio Leite (DEM/PA) Hiran Gonçalves (PP/RR) Márcio Marinho (PRB/BA) Roberto Alves (PRB/SP) Altineu Côrtes (PMDB/RJ) Benjamin Maranhão (SD/PB) Celso Jacob (PMDB/RJ) Fausto Pinato (PP/SP) Jozi Araújo (PTN/AP) Marcelo Matos (PHS/RJ) Marcus Vicente (PP/ES) Pedro Fernandes (PTB/MA) Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB Andres Sanchez (PT/SP) Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS) Fábio Mitidieri (PSD/SE) José Ailton Cirilo (PT/CE) José Rocha (PR/BA) Adelson Barreto (PR/SE) Evandro Roman (PSD/PR) Goulart (PSD/SP) Leo de Brito (PT/AC) Rubens Otoni (PT/GO) Vicente Candido (PT/SP) Bloco PSDB/PSB/PPS/PV João Fernando Coutinho (PSB/PE) Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) Rogério Marinho (PSDB/RN) Valadares Filho (PSB/SE) Arnaldo Jordy (PPS/PA) Carlos Sampaio (PSDB/SP) Rubens Bueno (PPS/PR) Silvío Torres (PSDB/SP) PDT Roberto Góes (PDT/AP) Carlos Eduardo Cadoca (PDT/PE) Flávia Moraes (PDT/GO) REDE João Derly (REDE/RS).

CESPO avalia resultados do Brasil nos Jogos Rio 2016

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, debateu e avaliou, no dia 7 de dezembro, o resultado da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos Rio 2016 junto ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Os requerimentos para a audiência pública são dos deputados Arnaldo Jordy (PPS/PA) e João Derly (Rede/RS).

Segundo Arnaldo Jordy, a Olimpíada mostrou a necessidade de planejamento, de melhor distribuição dos recursos e de transparência na alocação dos mesmos. Jordy lembrou que o Tribunal de Contas da União (TCU) pressiona pela divulgação das contas do Comitê Rio-2016 e diz que há 30 auditorias em curso relacionadas ao uso de verbas públicas nos Jogos.

Para João Derly, é indispensável que a Câmara, no âmbito da Comissão do Esporte, realize uma avaliação da realização dos Jogos Olímpicos "para que possamos mensurar qual o seu legado ao povo brasileiro".

O gerente geral de Alto Rendimento do Comitê Olímpico do Brasil, Jorge Bechara, apresentou uma análise de performance do Time Brasil. Ao todo foram convocados 465 atletas, 19 medalhas conquistadas, em 12 modalidades olímpicas diferentes.

Foram 77 disputas de medalhas, com 20 modalidades alcançando resultados dos oito melhores países. O Brasil ficou no 12º lugar da classificação por países, em número total de medalhas e 13º lugar pelo total de medalhas de ouro.

De acordo com o diretor executivo de Esportes do COB, Agberto Conceição Guimarães, o COB quer continuar investindo para que os atletas tenham a melhor performance em 2020. "Nossa concentração vai ser 100% no resultado técnico, incluindo o atleta, treinador e a equipe que dá todo suporte. Esse é o foco do nosso trabalho até Tóquio 2020", disse.

Ciclo Tóquio 2020

Para o ciclo Tóquio 2020, em análise feito pelo COB, a geração de atletas que permanece em condições de treinamento e competição para o próximo ciclo com as modalidades do atletismo, canoagem velocidade (canoas), ginástica artística masculina, vela, judô, maratona aquática, taekwondo, vôlei de praia, tiro esportivo e voleibol apresentam potencial de conquistas em 2020.

Já as modalidades do atletismo, boxe, natação, tênis, handebol,



Arnaldo Jordy, um dos requerentes do debate, preside a audiência
(Foto: Jordana Rbas/ ASCOM-CESPO)

basquete, pentatlo moderno e futebol são modalidades que apresentam alto grau de preocupação para os próximos anos em relação ao seu processo de renovação, desempenho e objetivos para Tóquio.

Enquanto o levantamento de peso, canoagem slalom, tiro com arco, lutas, tênis de mesa, karatê, surf, skate e ginástica artística feminina apresentam, no momento, um bom potencial de desenvolvimento olímpico para 2020.

Agberto Guimarães assegura que o que Comitê promove e fornece para cada um dos atletas, antes e durante os Jogos Pan-Americanos e Jogos Olímpicos é igual ao dos melhores do mundo.

Comissão do Esporte promove 2ª edição da Honraria Manoel José Gomes Tubino



Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia participa da 2ª edição da Honraria
(Foto: Jordana Ribas/ ASCOM-CESPO)

Os 38 profissionais de educação física que se destacaram no ano de 2016, foram homenageados, no dia 13 de dezembro, na 2ª edição da Honraria Manoel José Gomes Tubino na Atividade Física, promovida pela Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, em parceria com a Frente Parlamentar da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano e o Conselho Federal de Educação Física. Participaram da solenidade, parlamentares, representantes do setor desportivo, profissionais de educação física, agraciados

e seus respectivos familiares e amigos.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, reafirmou o compromisso da Câmara dos Deputados com a valorização dos profissionais de educação física, parabenizou todos os agraciados, e agradeceu o papel importante que estes desenvolvem para tornar a vida dos cidadãos mais saudáveis. "A educação física tem papel fundamental na saúde, educação, nos

valores e crescimento do cidadão sendo o profissional de educação física o responsável por oferecer as melhores condições no desenvolvimento esportivo e o elo para o desenvolvimento social", disse o presidente

Autor do requerimento que propôs a homenagem e presidente da Frente Parlamentar deputado Evandro Roman (PSD/PR) destacou que "a Honraria é uma forma da Câmara Federal reconhecer o trabalho de profissionais que atuam na área da educação física, suas contribuições prestadas à prática do esporte, levando uma mensagem de apoio e incentivo para

que, cada vez mais, os profissionais se dediquem à defesa do esporte como instrumento de inclusão social e qualidade de vida".

O membro da Comissão do Esporte, deputado João Derly (Rede/RS), enfatizou a importância de realizar um evento que reconhece o trabalho do educador físico, profissionais responsáveis pela boa prática da atividade física. Em nome da Comissão, Derly destacou o trabalho que o colegiado vem desenvolvendo a favor da valorização dos profissionais de educação física.

O agraciado Wilsomar Araujo de Sena, indicado pelo presidente da Comissão do Esporte, deputado César Halum, é graduado em educação física, com especialização em futebol e futsal, já atuou como supervisor de futebol, preparador físico, auxiliar técnico e técnico em clubes tocantinenses. "É uma felicidade muito grande, a gente sempre trabalha com ênfase em formar cidadãos. E nós temos que ver que a educação física não é importante apenas no âmbito escolar, mas em todo o contexto social e esportivo", agradeceu o homenageado Wilsomar.

Lutadores de MMA defendem ensino de artes marciais nas escolas

Lutadores de MMA defenderam no dia 1º de dezembro, a inserção do ensino de artes marciais nas escolas. Durante audiência pública da Subcomissão Especial do MMA da Comissão do Esporte, o lutador Antônio Nogueira, conhecido como Minotauro, afirmou que a prática das artes marciais traz valores como educação, disciplina e competitividade, que serão cobrados no mercado de trabalho.

Minotauro também afirmou que a prática de lutas tem crescido muito nas comunidades. Ele disse que dirige um projeto em uma comunidade carioca que conta com 950 participantes. E citou o caso de Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes, onde o jiu-jitsu é uma disciplina nas escolas públicas. "Lá eles trabalham isso com as crianças, mesmo sendo uma luta mais desenvolvida no Brasil. Há mais de mil professores dessa arte marcial trabalhando lá", disse.

O ex-lutador Carlos Barreto, que agora é comentarista do canal Combate, considera que o MMA tem aptidão para ser um esporte praticado em todo o país. Porém ele ressaltou que é "preciso ter um olhar mais técnico para que essa prática seja saudável". Ele concorda que a prática da atividade influencia na formação do caráter dos praticantes. "Com a inclusão dessas lutas nas escolas, estaremos formando campeões, não do tatame, mas da vida", concluiu.

Um dos autores do requerimento da audiência, o deputado Fábio Mitidieri (PSD/SE), disse estar procurando formas de desvincular o MMA do conceito de violência. "Precisamos reconscientizar a população. Mostrar os valores passados, os treinos, o outro lado. E não só as lutas. Há um preconceito com o MMA que não se tem com o caratê e o judô, por exemplo", afirmou.

Segundo o deputado, o motivo pelo qual os Estados Unidos é uma potência olímpica é a existência do esporte na grade estudantil das crianças. Mitidieri disse que o Brasil precisa mudar sua tradição de investir em clubes e passar a investir nas escolas.

Em contraproposta, o deputado José Mentor (PT/SP) posicionou-se contrário à proposta de que se ensine o MMA nas escolas. Para ele, isso seria um incentivo à violência. "Defendo o caratê nas escolas, judô nas escolas, mas o MMA, não", disse. O deputado afirmou que a modalidade não pode ser considerada um esporte por não garantir a integridade física sensorial dos praticantes.

O relator da Subcomissão, deputado João Derly (Rede/RS), que já foi campeão de judô, disse que o profissional de educação física pode trabalhar também com as artes marciais. "Ainda não está bem definido a carga horária



O lutador Antônio Nogueira, conhecido como Minotauro, participou da audiência pública (Foto: Jordana Ribas/ ASCOM-CESPO)

da educação física. As artes marciais poderiam ser um grande complemento, devido às questões morais que elas ensinam", afirmou.

O coordenador de Inclusão Social do Ministério do Esporte, Célio René, concordou com o deputado. "As artes marciais possuem um elemento educador, mas não conseguimos fazer com que enxerguem esse potencial que elas têm", considerou. Ele também disse que é preciso articular com o Ministério da Educação para que se viabilize essa inserção.

Texto: Agência Câmara Notícias

Personal trainer apresenta à Comissão do Esporte método de exercícios físicos



(a esq.) Evandro Roman, autor do requerimento que propôs o debate (Foto: Jordana Ribas/ ASCOM-CESPO)

pública, o *personal trainer* Vinicius Possebon, autor do livro "Segredo da Queima de 48 horas" e criador do Sistema Q48, um método de exercícios feito em casa que se propõe a apresentar resultados em apenas 8 semanas de treinamento.

O autor do requerimento que propôs o debate, deputado Evandro Roman (PSD/PR), afirma que mais de 43 mil pessoas já aderiram ao método, que se aplica a pessoas iniciantes ou atletas

experientes. "A grande vantagem desse método é que o aluno continua a queimar gordura até 48 horas depois dos exercícios realizados", afirma o deputado.

O Q48 utiliza exercícios de alta intensidade e curta duração, para queimar até 9 vezes mais gorduras que exercícios comuns, como por exemplo, corridas em esteira.

De acordo com Vinicius Possebon, a meta é levar o método Q48 a 1 milhão de pessoas, vencer o sedentarismo e conquistar o corpo ideal sem academia até 2019. "Eu quero impactar a vida dos brasileiros e diminuir os gastos com a saúde pública. São exercícios inteligentes, em menos tempo e com mais resultados", afirma Possebon.

Texto: ASCOM/CESPO

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados recebeu no dia 6 de dezembro, em audiência

Especialistas debatem a aposentadoria especial para atletas

A aposentadoria especial para atletas profissionais e semiprofissionais de alto rendimento, com comprovação de exercício da atividade de ao menos 20 anos de contribuição em Regime Geral de Previdência Social, foi o tema de debate da audiência pública promovida no dia 8 de novembro, pela Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados. A medida está prevista no Projeto de Lei Complementar (PLP 16/15), do deputado Andres Sanchez (PT/SP).

A aposentadoria especial é o benefício previdenciário decorrente de trabalho realizado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física do segurado. O objetivo do benefício, que tem natureza extraordinária, é compensar o trabalho do segurado que presta serviços em condições adversas à sua saúde ou que desempenha

atividade com riscos superiores aos normais.

Para serem considerados segurados especiais, os atletas profissionais e semiprofissionais de alto rendimento deverão disputar campeonatos nacionais na categoria esportiva a qual pertencem. As despesas decorrentes da concessão da aposentadoria especial para atletas serão pagas por dotações próprias do orçamento da Seguridade Social.

O debate foi proposto pelo deputado João Derly (Rede/RS), com o objetivo de subsidiar o parecer ao PLP 16/15.

Na visão do assessor jurídico da Federação Nacional de Atletas Profissionais de Futebol (FENAPAF), Décio Neuhaus, a medida em discussão necessita sofrer algumas correções.

“Serão raros os atletas que conseguirão ter 20 anos de contribuição, também são raros os atletas que conseguem jogar 20 anos em campeonatos nacionais”, disse o assessor.

Para o advogado especializado em Direito do Trabalho e Direito Esportivo, Heraldo Luis Panhoca, a Lei não pode visar um só objetivo e sim analisar todo o desporto brasileiro. “Nós precisamos contemplar os atletas de todas as modalidades para que evitemos que tenhamos que fazer uma lei especial para cada atleta”, ressaltou o advogado.

O secretário nacional de futebol e defesa dos direitos do torcedor do Ministério do Esporte, Gustavo Henrique Perrela Amaral Costa, reconheceu que a discussão é muito mais ampla devido à necessidade de acolher todos os esportes no projeto.

Polêmica sobre vaquejada domina debate na Câmara



Embate entre regulamentação e proibição da prática da vaquejada
(Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados)

Parlamentares, ativistas pelos direitos dos animais, vaqueiros e veterinários se reuniram no dia 25 de outubro para debater sobre a prática da vaquejada, em audiência pública nas comissões do Esporte e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. O debate ocorreu após manifestantes ocuparem a Esplanada em defesa da atividade.

No início do mês de outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional lei do estado do Ceará que regulamentava a vaquejada como política desportiva e cultural. Os ministros consideraram que a prática implica “crueldade intrínseca” no tratamento aos animais.

Essa decisão da Corte acirrou os discursos de manifestantes contrários e a favor da atividade. Para as entidades em defesa dos direitos de animais, não é possível mudar a decisão do STF por meio de leis ou de proposta de emenda à Constituição (PEC). Já

para os defensores da vaquejada, a mudança pode ser feita tanto por PEC quanto por um projeto de lei.

Os deputados Fábio Mitidieri (PSD/SE) e Zé Silva (SD/MG), que solicitaram a audiência, disseram que a atividade é legal, mas precisa ser regulamentada.

Para o deputado Mitidieri, a decisão do STF foi equivocada e justifica que a vaquejada, além de ser uma das maiores manifestações culturais do Nordeste, é um esporte tradicional que lota arenas, movimenta milhões em leilões, gera milhares de empregos e ainda incentiva o mercado de melhoramento de raças.

Como forma de regulamentar a atividade, eles apoiam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 270/16, que classifica os rodeios e as vaquejadas e suas expressões artístico-culturais como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Texto: Agência Câmara Notícias
Edição: Ascom/CESPO

Modelos esportivos da Nova Zelândia e Austrália fundamentarão o Plano Nacional do Desporto

Durante os dias 4 a 11 de novembro, uma comitiva de deputados membros da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, composta por: César Halum, Roberto Alves, Evandro Roman, José Rocha, Flávia Morais, Roberto Góes e Arnaldo Jordy, esteve em Missão Oficial à Nova Zelândia e à Austrália, com o objetivo de conhecer o sistema nacional esportivo dos dois países.

Diante do papel da Comissão de acompanhar e conhecer as políticas de destaque na área, e considerando o atual momento em que o colegiado elabora um texto-base do Plano Nacional do Desporto (PND), que implementará uma política a longo prazo, com metas e prioridades e com definições de competências do Governo Federal, governos estaduais e municípios, os deputados consideram de extrema importância fundamentarem-se em sistemas esportivos mundiais de sucesso.

A agenda incluiu visitas oficiais ao *High Performance Sports New Zealand* e *AUT Millenium* em Auckland, na Nova Zelândia; ao *Australian Institute of Sport* e ao Parlamento Australiano em Canberra, na Austrália; e ao Comitê Olímpico Australiano, ao *NSW Institute of Sport* e à *Endeavour Sports High School* em Sydney, na Austrália.



Esporte brasileiro encara dificuldades e busca formas para avançar

O ano de 2016 foi, sem dúvidas, um ano muito difícil e conturbado no cenário político. Presenciamos acontecimentos marcantes, desde o impeachment da presidente da República, passando pela cassação do mandato do presidente da Câmara dos Deputados, além dos diversos desdobramentos da operação lava-jato, envolvendo a prisão de distintos políticos, e a realização das eleições municipais. Por consequência, todos estes fatos atingiram diretamente o andamento dos trabalhos do Congresso Nacional, e em questão, o trabalho da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

Diante desse cenário atípico, politicamente falando, conseguimos avançar em alguns pontos. O Brasil sediou, com muito sucesso, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. A delegação brasileira alcançou resultados e números inéditos, cativou, encantou e emocionou o coração de todos os brasileiros.

Em sintonia com os Jogos do Rio e preocupa-

dos em consolidar, finalmente, uma política para o setor esportivo, o colegiado da Comissão do Esporte trabalhou, discutiu e está desenvolvendo um texto-base do Plano Nacional do Desporto, que será indicado para o executivo. Ressalto ainda, que todas essas discussões contaram com a participação maciça de representantes do setor esportivo, especialistas e da sociedade civil.

Também realizamos importantes audiências públicas que debateram com especialistas temáticas como, a volta do Programa Atleta na Escola; as artes marciais mistas como ferramenta de inclusão social; a aposentadoria especial para atletas; iniciativas para avançar no futebol de base, entre vários outros assuntos relevantes que buscam o aprimoramento do desporto brasileiro.

Foi um ano que vivenciamos, infelizmente, a maior tragédia esportiva da história do país, com o acidente aéreo que vitimou a delegação da "Chape", tripulantes e jornalistas esportivos, um desastre que levou à morte de 71 pessoas. No mesmo dia, a Comissão do Esporte estava pronta para sediar o 2º Fórum Legislativo do Futebol que debateria o aperfeiçoamento do futebol brasileiro, porém o evento foi imediatamente cancelado devido ao triste acontecimento.

As estatísticas não refletem a qualidade do trabalho realizado na Comissão do Esporte em 2016. No entanto, temos certeza que muitas sementes foram plantadas no decorrer deste ano complicado e que certamente trarão muitos frutos para o esporte nos próximos anos.

Presidente da Comissão do Esporte, deputado federal César Halum (PRB/TO)



MEDALHA DE OURO

Na última reunião deliberativa do ano de 2016, que aconteceu dia 14 de dezembro, o colegiado da Comissão do Esporte aprovou cinco projetos de lei. O parecer do deputado Valadares Filho foi pela aprovação do PL 5.110/16 que dispõe sobre a instituição do "Passe Livre Atleta" para atletas de todas as modalidades esportivas devidamente registrados em suas respectivas federações.

Foi aprovado o relatório do deputado Hiran Gonçalves, pela aprovação do PL 3.885/15, que regulamentará a profissão de instrutor de armamento e tiro.

O PL 947/15 também foi aprovado por unanimidade, com parecer pela aprovação em instituir o dia 25 de maio como o dia nacional do desporto escolar, relatado pelo deputado Danrlei de Deus Hinterholz.

Também foi pela aprovação, o parecer relatado pelo deputado Raimundo Gomes de Matos do PL 5.919/16, que assegura o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão nos locais onde são realizados os eventos desportivos.

Aprovado também o relatório do deputado Danrlei de Deus Hinterholz do PL 742/11, que vai alterar dispositivos da CLT com o objetivo de incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, organização e promoção de eventos desportivos e outros.

EXPEDIENTE

Presidente: César Halum (PRB/TO) 1º Vice-Presidente: Roberto Alves (PRB/SP) 2º Vice-Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE) 3º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior Corpo Técnico: Alessandra Müller Vidal Guerra, Diézica Vargas, Flávio Silva Macedo, Gilson Vasconcelos Dobbin, Jaqueline Rodrigues, Jordana Ribas, Jorge Alves de Lima, Paola Mara Alves Silveira. Jornalista responsável: Jordana Ribas. Programação visual: Akimi Watanabe. Diagramação: Jordana Ribas. Revisão: Paola Mara Alves Silveira. Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 2, térreo. Telefones: (61) 3216-6351/52/53/54. E-mail: cespo.decom@camara.leg.br. Endereço eletrônico da Comissão do Esporte: <http://www.camara.leg.br/cespo>